ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM CHAPADA DOS GUIMARÃES, MATO GROSSO, BRASIL

DOI: 10.12957/synthesis.2023.78928

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA*
ISABEL JUREMA GRIMM**
LAUDIENE DE SOUZA BARBOSA***

Resumo: Apesar da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente, o ecoturismo pode ser concebido sob uma perspectiva de oportunidades, capaz de fomentar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. As potencialidades do turismo podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 1, 8 e 12. O objetivo deste artigo é identificar o ecoturismo como potencial de desenvolvimento territorial sustentável para a Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, Brasil. Os procedimentos metodológicos constituíram-se de revisão bibliográfica e estudo de campo, realizado com atores envolvidos diretamente no setor de turismo. Os resultados apontam que o ecoturismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento territorial sustentável, por conciliar a relação dicotômica entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento, embora aponte para a necessidade de melhorias na infraestrutura de recepção e visitação e na necessidade de conscientização coletiva dos atores sociais voltadas ao turismo sustentável como forma de atrair turistas que buscam, além do ecoturismo, conhecimento e experiência comunitária.

Palavras-chave: ecoturismo; desenvolvimento territorial sustentável; território; Chapada dos Guimarães.

* Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientias (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8502-720X>. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br.

** Coordenadora do Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior em Administração e Economia (ISAE). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0211-8048>. E-mail: isabelgrimm@gmail.com.

*** Bacharel em Administração pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: laudienebarbosa13@gmail.com.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

Ecotourism and sustainable territorial development in Chapada dos guimarães, Mato Grosso, Brazil

Abstract: Despite the unsustainability of the current development model, ecotourism can be conceived from an opportunity perspective, capable of promoting sustainable territorial development strategies. The potential of tourism can contribute to achieving the Sustainable Development Goals (SDG), in particular SDG 1, 8, 12. The objective is to identify ecotourism as a potential for sustainable territorial development for Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, Brazil. The methodological procedures consisted of a literature review and a field study, carried out with actors directly involved in the tourism sector. The results show that ecotourism can be an alternative for sustainable territorial development, for reconciling the dichotomous relationship between environmental preservation and development, although it points to the need for improvements in the infrastructure for reception and visitation and the need for collective awareness of social actors focused on sustainable tourism to attract tourists who seek, beyond ecotourism, knowledge, and community experience.

Keywords: ecotourism; sustainable territorial development; territory; Chapada dos Guimaraes.

1 INTRODUÇÃO

O turismo vem se consolidando como uma atividade econômica importante em todos os países. Dados do The World Tourism Organization (UNWTO, 2019) mostram que, em 2018, foram cerca de 1,4 bilhão de chegadas internacionais de turistas (um aumento de 5% em relação a 2017), movimentando 1,7 trilhão de dólares na economia mundial. Com o advento da pandemia da Covid-19, em 2020, a previsão era de que houvesse uma queda de 20 a 30% nas chegadas internacionais, em comparação a 2019 (Gössling; Scott; Hall, 2020).

No entanto, de acordo com dados da UNWTO (2021), as restrições na mobilidade global reduziram o número de turistas internacionais em até 84% (aproximadamente 57 milhões de chegadas), na Ásia e Pacífico; 75% na África (18 milhões de visitantes) e no Oriente Médio (16 milhões de visitantes); 70% na Europa (221 milhões de chegadas) e 69% nas Américas (cerca de 69 milhões de visitantes). No número global, a queda foi de quase 74% ou 1 bilhão de turistas. Entretanto, não se pode esquecer os efeitos desastrosos no turismo de forma geral, provocados pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), que trouxe incertezas no futuro da atividade, o que requer novas reflexões referente a (in)sustentabilidade e os riscos para o turismo (Irving; Coelho; Arruda, 2020).

Há uma expectativa do setor de turismo de que o segmento de ecoturismo, com uma demanda reprimida nos meses de isolamento social provocado pela pandemia, seja o grande propulsor da retomada da atividade, refletindo uma procura maior por destinos e atrativos verdes (Grimm, 2020). No Brasil, o ecoturismo é um dos segmentos turísticos que visa utilizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Brasil, 1994).

O ecoturismo representa uma possibilidade de valorização cultural, ambiental, social e econômica, de forma especial para algumas comunidades indígenas e tradicionais com potencial, que veem no turismo uma alternativa de renda. Faraco (2012) e Grimm e Sampaio (2017) salientam que, para que o turismo aconteça em comunidades, é preciso que estas estejam engajadas, pois há que se pensar na possibilidade do ecoturismo sem destruir sua liberdade de escolha. Os autores lembram ainda a necessidade do envolvimento e qualificação para protagonizar e gerir a atividade e a indicam para as comunidades que realmente a desejam e que possam enfrentar alguns desafios, como falta de capital para investir, sazonalidade e falta de apoio técnico e financeiro.

Fatores socioeconômicos e ambientais devem ser levados em consideração quando se trata de desenvolvimento territorial por meio do turismo. Esse desenvolvimento engloba o bem-estar dos moradores, a economia da cidade e como a natureza é vista e preservada. Nesse sentido, questiona-se como um segmento de turismo denominado ecoturismo pode ser uma alternativa para o desenvolvimento de uma cidade, que surge como um aldeamento de índios, dirigida por uma Missão Jesuítica, e que, em 1751, é oficialmente fundada como núcleo municipal e, em 1953, recebe o nome de Chapada dos Guimarães. Além de ser uma cidade histórica, possui inúmeras

atrativos turísticos, como o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, com cachoeiras, nascentes, sítios arqueológicos, além de rica gastronomia e artesanato local (IBGE, 2021). Assim, o objetivo da referida pesquisa é identificar o ecoturismo como potencial de desenvolvimento territorial sustentável para a Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso.

Para isso, o artigo apresenta a seguinte estrutura, além desta introdução: inicia com uma contextualização sobre desenvolvimento; na sequência uma abordagem sobre desenvolvimento territorial sustentável e sua interface com o turismo e, a seguir, uma abordagem teórica e empírica sobre o ecoturismo de Chapada dos Guimarães. Após os procedimentos metodológicos, análise dos resultados e discussões, finaliza-se com as considerações sustentadas na teoria de base utilizada.

2 DO DESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A problemática socioambiental tem sido reconhecida como tema central em inúmeros círculos acadêmicos e científicos desde meados de 1970, quando as mudanças climáticas e a depredação ambiental mostram-se evidentes. Imersos no mito do progresso e do crescimento, na mercantilização da natureza e na espoliação das comunidades locais, nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de desenvolvimento econômico passou a ser associado ao desenvolvimento social, levando também em conta o bem-estar das populações locais, instaurando conceitos, como ecodesenvolvimento.

Araújo, Barroso e Souza (2017) contextualizam que o sistema econômico não é mais compatível com o sistema ecológico oferecido pela natureza e, portanto, deve-se adaptar as relações entre sociedade e natureza. O ecodesenvolvimento na década de 1970, na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano realizado pelas Nações Unidas, "surgiu como um modelo alternativo para a política do desenvolvimento, sendo conceituado como um estilo de desenvolvimento de um país ou região baseado nas suas próprias potencialidades".

Na década de 1980, o paradigma do desenvolvimento sustentável recomendava o crescimento econômico como forma de se reduzir a pobreza e, por consequência, os problemas socioambientais. Na década de 1980, surge o termo desenvolvimento sustentável trazendo uma contradição em seu conceito e real objetivo de sustentabilidade "em relação aos instrumentos necessários para o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente" (Araújo; Barroso; Souza, 2017, p. 75). Para Montibeller Filho (2004), o conceito pressupõe diferentes dimensões, podendo ser sintetizadas no seguinte trinômio: eficiência econômica, eficácia social e ambiental. Quando esse trinômio é alcançado simultaneamente, significa atingir, portanto, o desenvolvimento que se pode supor mais sustentável.

A referência inicial foi formulada pela Comissão Brundtland, que o define "como o processo capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades" (Buarque, 1998, p. 56). Posteriormente, esse conceito foi aprimorado, definindo-o como um processo multidimensional e intertemporal que implica na noção de sustentabilidade (Sepulveda, 2005).

Irving *et al.* (2005) afirmam que "o desenvolvimento da atividade turística qualificada de 'sustentável' exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios" (p. 4). Foi a partir do enfoque do ecodesenvolvimento que novos espaços se abriram para o desenvolvimento do direito ambiental, o que engloba uma legislação cada vez mais voltada à comunidade local e à conservação do bem comum, enfatizando também a autonomia dos municípios em legislar nessa área (Vieira, 2009).

O conceito, lançado por Maurice Strong em junho de 1973, consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nesses locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Finalmente, na década de 1980, o economista Ignacy Sachs (1986) se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente, criando um quadro de estratégias ao ecodesenvolvimento. Parte da premissa desse modelo se baseia em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (Sachs, 1986).

O ecodesenvolvimento representa uma abordagem ao desenvolvimento cujo horizonte temporal coloca-se a décadas ou mesmo séculos adiante. Entende que a satisfação das

necessidades das gerações futuras deve ser garantida, isto é, deve haver uma solidariedade diacrônica sem que, no entanto, comprometa a solidariedade sincrônica com a geração presente, por demais sacrificada pelas disparidades sociais da atualidade (Diegues, 2003).

Entre as condições para tornar o conceito operacional, destaca-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos, bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias de desenvolvimento, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local (Diegues, 2003).

Diante dessa perspectiva, surgem modelos de desenvolvimento contrários ao desenvolvimento associado ao crescimento econômico, como o desenvolvimento territorial sustentável, economia à escala humana, Bem Viver, entre outros. Para Alcântara e Sampaio (2017), o Bem Viver não está atrelado ao desenvolvimento econômico baseado na acumulação de riquezas e produção em excesso, mas, sim, a um estado particular de felicidade vigente em padrões culturais distintos. De acordo com os autores, essa proposta de desenvolvimento está ligada ao bem comum, atendendo tanto aos aspectos social, ambiental, territorial, econômico, como político, ou seja, ao bem viver comunitário, respeitando a identidade cultural, baseado em três princípios: bem-estar consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO

A abordagem do desenvolvimento territorial sustentável incorpora a diversidade das dimensões do desenvolvimento a exemplo da sustentabilidade ambiental, da liberdade de privações, do combate à pobreza, da elevação da qualidade de vida e do empoderamento social. Tais perspectivas possuem relação direta com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. O turismo enquanto atividade econômica pode contribuir para o alcance dos ODS, em especial o ODS 1 "Erradicação da pobreza", pois tem potencial para gerar trabalho digno e renda em territórios e comunidades que queiram trabalhar com a atividade turística. Para a OMT, além do ODS 1, identificado neste trabalho, três ODS são mencionados com maior destaque para o turismo: os ODS 8, 12 e 14[1].

Conforme a UNWTO (2020), o turismo tem papel essencial para a implementação da Agenda 2030, representando aproximadamente um décimo do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e dos empregos diretos e indiretos gerados no plano global. Definidos em 2015, pela ONU, os 17 ODS, estimulam ações globais a serem implementadas até o ano de 2030 em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. Os ODS fazem parte da Agenda 2030, que se baseou nas experiências resultantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)[2], sendo fruto do trabalho conjunto de governos, iniciativa privada e cidadãos de todo o mundo, em que todos devem agir em prol de um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar dos povos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas. A adoção da Agenda 2030 foi realizada por 193 Estados Membros das Nações Unidas, representando um momento político internacional relevante para o desenvolvimento sustentável.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável está firmado sobre seis pilares, a saber: social, ambiental, cultural, territorial, econômico e político. O pilar social é fundamental devido à "perspectiva da disrupção social", presente de forma ameaçadora em muitos lugares do planeta; o pilar ambiental possui outras duas dimensões, os sistemas de sustentação da vida como provedor de recursos e como "recipientes" para a disposição de resíduos; o cultural está associado à preservação e ao respeito às tradições e ao modo de vida de cada povo, o pilar econômico, com relação a sua viabilidade, é entendido como *condictio sine qua non* para que as coisas aconteçam; o pilar territorial está "relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades"; e o pilar político, relacionado à governança democrática como valor fundador e um "instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem" (Sachs, 2004, p. 15-16).

O turismo é um setor econômico de grande importância para o desenvolvimento de diversas regiões, principalmente onde esta é a única forma de proporcionar alternativas e diversificar a economia local (Cabugueira, 2005). No Brasil, a Política Nacional do Turismo (PNT) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) propõem que mesmo que um município não possua potencialidades turísticas ele possa ser desenvolvido e a região possa se beneficiar da

atividade, desempenhando um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender aos turistas (MTur, 2019), e, consequentemente, pode gerar novos empregos e oportunidade de trabalho digno.

Para Coriolano (2012), o desenvolvimento local é realizado em pequenos lugares, com habitantes participativos e que possuem relativa autonomia para se beneficiarem com a potencialidade do território e assim decidir como irão contribuir com inovações. Ainda de acordo com a autora, o desenvolvimento também deve estar voltado para a escala humana[3], para tornar a região mais preparada para a promoção do turismo.

O desenvolvimento do turismo com base local pode contribuir para evitar que haja degradação do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais, colaborando para melhorias da infraestrutura e na qualidade ambiental e dinamizando a economia das cidades (Barbosa, 2005). O autor salienta que se o turismo contribui para o desenvolvimento nos municípios, deve privilegiar a questão socioambiental e fazer com que a questão econômica seja consequência. Para Grimm, Alcântara e Sampaio (2018, p. 5),

> [...] a estratégia está em promover iniciativas que conduzam a uma série de mudanças. Entre elas utilizar uma matriz energética mais limpa, legislações mais severas em relação à conservação dos ecossistemas naturais, educação ambiental, melhora nas práticas agrícolas, redução do consumo e do desperdício, política ambiental e turística adequada, entre outros, assegurando assim condições de sustentabilidade às gerações futuras.

Um trabalho realizado por Scótolo e Netto (2015), fundamentado a partir de estudos teóricos, concluiu que o turismo pode sim contribuir para o desenvolvimento de regiões, desde que os projetos turísticos considerem as características locais, como o contexto econômico-sociocultural, e seja executado com base nas expectativas e capacidades dos sujeitos locais, pois somente eles são capazes de constatar se o turismo trouxe ou não melhora para sua qualidade de vida.

Nesta perspectiva, Davidovich (1989) comenta que o território "traz a ideia de determinado uso do espaço, consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas" (p. 69). Desta forma, o desenvolvimento territorial sustentável tem como base a rede de atores que trabalha para a valorização dos atributos de uma determinada localidade. Neste sentido, a relação entre território, desenvolvimento local e os ODS preconizados neste artigo (1, 8 e 12) é muito estreita, visto que para o desenvolvimento territorial local é necessário incluir socialmente, crescer economicamente e proteger o meio ambiente.

2.2 ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

Foi a partir da década de 1970 que o mundo atentou para os impactos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, com a degradação da natureza e a exploração dos recursos e com as questões sociais. Essa preocupação passou a fazer parte da agenda política mundial e logo alcançou a atividade turística (MTur, 2010). Fazendo frente a essa preocupação, surge o ecoturismo, uma modalidade turística que visa proteger a natureza e preservar a cultura das comunidades onde se desenvolve. De acordo com Lindberg e Hawkins (1999), o ecoturismo passou a ser realizado a partir da popularização das viagens aéreas, tornando-se popular a partir de sua divulgação midiática, em que a necessidade de preservação da natureza por meio do ecoturismo passou a ser central no final do século XX e começo do XXI.

Assim, buscando normatizar o conceito de ecoturismo, a OMT/PNUMA (2002) estabeleceu que a conceituação dessa segmentação turística deva se dar no sentido de abraçar os princípios do turismo sustentável, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo. Conforme Brasil (1994, p. 19), o ecoturismo deve ser entendido como "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".

O ecoturismo é norteado por mínimos impactos ambientais e culturais e por benefícios econômicos às comunidades envolvidas, "[...] devendo ser desenvolvido sob os princípios da

sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal" (Brasil, 2008, p. 11). Ele busca promover a valorização do conhecimento endógeno e os recursos naturais disponíveis, visando ao desenvolvimento territorial que, de acordo com Kloster e Cunha (2014), exige a abordagem de três temas centrais diretamente ligados entre si, que são: "a recomposição dos territórios, os sistemas produtivos e o meio ambiente" (p. 75). Ou seja, para os autores, valorizar o endógeno, "significa ressaltar nos projetos os recursos existentes dentro do próprio território, como a identidade, a cultura local, os produtos, o modo de produção e a própria paisagem" (p. 74). O desenvolvimento socioeconômico de uma região deve ser objeto maior do ecoturismo e deve ser alcançado quando há envolvimento das comunidades anfitriãs e a preocupação premente em gerar benefícios locais (Mitraud, 2003).

De acordo com Santos (2011), para ser realizado, o turismo praticado em áreas naturais necessita de ambientes mais preservados (como produtos de consumo). O mesmo autor ratifica que

> [...] as atividades específicas, relacionadas à prática do ecoturismo visam a atender aos interesses de uma demanda mais 'ecológica', que necessita de recursos ambientais preservados. É bem verdade, que quanto menos impactado estiver o ambiente, mais atrativo será para a prática do ecoturismo, pois os adeptos desse tipo de turismo procuram sempre um maior contato com a natureza preservada para a prática da atividade (Santos, 2011, p. 211).

Outro fator primordial inerente ao seu desenvolvimento é dado pela interpretação ambiental, que compreende a arte de explicar o significado dos recursos ou atrativos turísticos. Além disso, o desenvolvimento deve estar voltado à educação ambiental, entendida como processo pelo qual o indivíduo e o coletivo constroem acerca da preservação do meio ambiente conhecimentos, atitudes, valores sociais, competências e habilidades, estimulando assim, além da responsabilidade individual, níveis maiores: local, regional, nacional e mundial (MTur, 2010).

Além dessas prerrogativas, o desenvolvimento do ecoturismo deverá também estar pautado sob as necessidades básicas da população local, de modo a assegurar a manutenção da diversidade cultural e das tradições da comunidade, além de garantir a participação da mesma na tomada de decisão diante do segmento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo visou dialogar sobre o turismo como uma alternativa para o desenvolvimento territorial de Chapada dos Guimarães no estado de Mato Grosso. O público-alvo da pesquisa de campo foram moradores da cidade, escolhidos a partir da amostragem não probabilística, caracterizada como aleatória simples. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, de cunho quali-quantitativo. Para o levantamento dos dados secundários, foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados do Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como documentos e legislações. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas com aplicação de questionários semiestruturados aplicados a 27 atores sociais de segmentos ligados ao turismo, como comerciantes, donos de hotéis, pousadas e prestadores de serviços no período de 20 a 29 de novembro de 2020. Para a análise de dados empregou-se a escala de Likert (1932) (Figura 1).

Figura 1 – Modelo de escala desenvolvido por Likert (1932)

Fonte: Likert (1932).

Utilizou-se uma escala de 1 a 5, onde 1 remete a uma aprovação forte e 5 a desaprovação forte sobre as questões levantadas na pesquisa. As perguntas relacionam-se com temas que envolvem diretamente o ecoturismo de Chapada dos Guimarães, por meio de pesquisa de campo. As perguntas versavam sobre o perfil dos entrevistados; descarte de resíduos sólidos e coleta seletiva; áreas preservadas e recuperadas; geração de emprego; infraestrutura de saúde; segurança; atuação do setor público no turismo; produtos típicos ofertados pelo turismo; atividades de lazer; entre outras. As respostas foram analisadas e divididas por categorias demográficas, socioeconômicas e ambientais. Para interpretação das respostas, utilizou-se a análise do discurso de Foucault (1971) das categorias supracitadas.

Finalmente construiu-se uma matriz destacando as barreiras, recomendações, facilitadores e oportunidades identificadas na pesquisa, construído pelas autoras, com base em Sarasvathy (2004) e Souza et al. (2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), principal marco legal do turismo no país, pontua que as atividades turísticas devem ser desenvolvidas de forma sustentável e que as comunidades e territórios devem ser incluídos nos processos de produção e consumo do turismo (MTur, 2018). O Ministério do Turismo do Brasil (MTur), ao formular o Plano Nacional de Turismo 2018/2022, além de apresentar as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza, definiu as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, participação e diálogo com a sociedade, geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, incentivo à inovação e ao conhecimento e regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (MTur, 2018).

Os aspectos demográficos, socioeconômicos e ambientais têm sido considerados uma força motriz no desenvolvimento dos territórios, especialmente aqueles que possuem riquezas naturais e/ou culturais (UNWTO, 2020). Desta forma, utilizaram-se essas três categorias para a análise descritiva. Neste sentido, Chapada dos Guimarães é um destino turístico que proporciona por meio de suas ofertas turísticas – belas paisagens, produtos e serviços, como gastronomia típica e artesanatos – trabalho e renda para a comunidade local.

4.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA ÁREA PESQUISADA

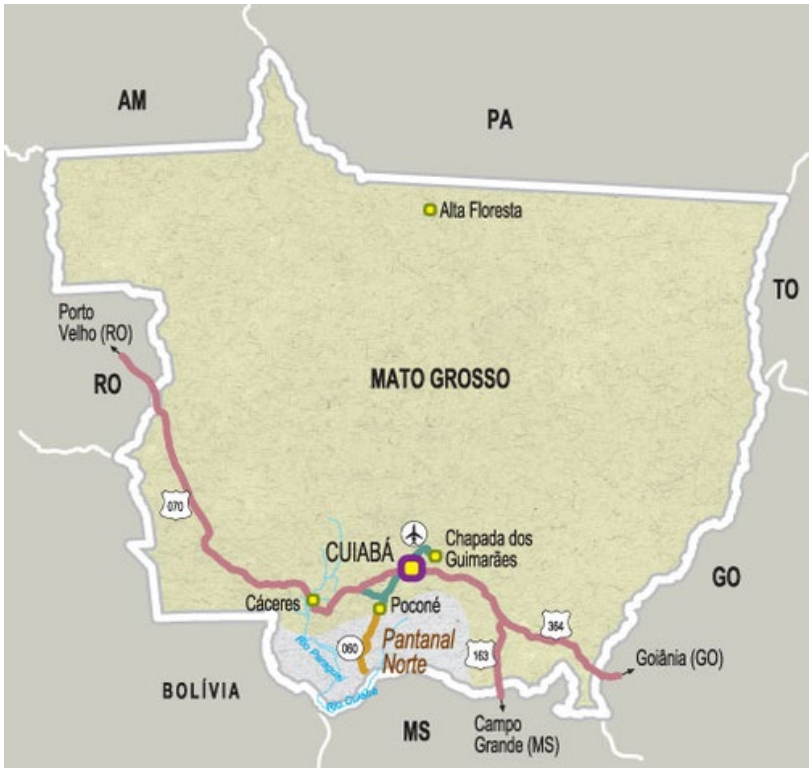
Chapada dos Guimarães localiza-se na região centro-sul do Estado de Mato Grosso a 62 km da capital Cuiabá e tem uma área territorial de 5.927, 077 km^2. A ocupação da região se deu com a chegada dos bandeirantes a Mato Grosso entre 1718 e 1710. A região era ocupada anteriormente por indígenas da etnia Bororo e Caiapós, onde foi criada uma missão jesuítica. O município, com o nome oficial de Chapada dos Guimarães, foi criado em 15 de dezembro de 1953, por meio da Lei Estadual n. 701 (Mato Grosso, 1953). De acordo com o IBGE (2021), em 2020 o município tinha aproximadamente 19.453 habitantes, tendo como principal atividade econômica o turismo ecológico e ecoturismo. Esse contexto, associado ao clima ameno da região e a seu patrimônio histórico-cultural, inclusive pré-histórico, delega à região um forte apelo turístico (Figura 2) pela beleza paisagista local.

Figura 2 – Chapada dos Guimarães

Fonte: Arquivo das autoras.

Em 12 de abril de 1989, o Decreto Lei n° 97.656, cria o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG) (Figura 3), que possui área de 32.630 ha e tem por objetivo proteger o ecossistema local (bioma cerrado), assegurando a preservação dos recursos naturais e dos sítios arqueológicos, por meio de um plano de manejo adequado para visitação, educação e pesquisa (Brasil, 1989).

Figura 3 – Localização de Chapada dos Guimarães



Fonte:Tripline (s.d.)

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães é considerado Patrimônio da Humanidade pela Unesco, no Brasil. O local possui diversas belezas naturais: cavernas, lagoas, feições geológicas distintas, cachoeiras, sítios arqueológicos, entre outros atrativos. Mirantes e trilhas conduzem o visitante para diversos pontos de atração:

> Cachoeira Véu de Noiva, devido ao apelo cênico e principal ponto turístico da região; Rota das Cachoeiras; Casa de Pedra e Totem de Pedra por suas estruturas ruiniformes; Morro São Gerônimo, pelo aspecto geomorfológico; Fósseis de moldes de braquiópodes pelo interesse paleontológico; Balneário da Salgadeira pela ampla área de lazer; Apiário, com trilhas que circundam estruturas ruiniformes; Mirante do Centro Geodésico pela vista e misticismo; Cachoeira da Martinha pelas belas corredeiras; Cidade de Pedra que impressiona pelo paisagismo; Casco de Tartaruga, pelas estruturas formadas no arenito; Ponte de Pedra, por seu aspecto singular na morfologia; Caverna Aroe Jari e Lagoa Azul por seu conteúdo arqueológico/espeleológico; e, finalmente, Cachoeirinha (Vieira Junior; Moraes; Paula, 2012, p. 296).

Um projeto acordado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de melhorias no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães prevê um investimento de R$ 50 milhões na construção de estruturas como lanchonete, estacionamento, área de contemplação no Portão do Inferno; e escadas, elevador e passarelas na cachoeira Véu da Noiva. Essas obras devem ser finalizadas até dezembro de 2022 (G1 MT, 2021).

Dado aos inúmeros atrativos turísticos[4]: 46 sítios arqueológicos; dois sítios paleontológicos; 59 nascentes; 487 cachoeiras; 3.300 km² de Parque Nacional; 2.518 km² de Área de Proteção Ambiental; duas reservas estaduais; dois parques municipais; duas estradas-parque; 157 km de paredões; 42 imóveis tombados pelo Iphan; 38 espécies endêmicas, artesanato local, Chapada dos Guimarães caracteriza-se como um ícone do ecoturismo no estado do Mato Grosso.

4.2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

Após as entrevistas, identificou-se o perfil socioeconômico dos entrevistados. Dentre os participantes da pesquisa, 62,5% foram mulheres e 52,4% confirmaram que sua renda depende diretamente do turismo. A maioria tem entre 31 e 40 anos (tendo 37,5%), sendo 41,7% dos entrevistados tiram mensalmente em média de 2 a 3 salários-mínimos da atividade de turismo. Mais de 50% dos entrevistados residem em Chapada dos Guimarães há mais de 20 anos.

Em relação à economia do município, 33.3% dos entrevistados concordaram que a cidade é um potencial na oferta de produtos típicos da região, como artesanato, danças típicas e gastronomia. Esse dado revela a importância de valorização do patrimônio cultural, coadunando com o respondente número 4 que sugere "*valorização do artesanato local; fomentação das danças e cultura popular.*"

Quando perguntado sobre as questões relativas a empregos, conforme mostra a escala Likert, a maioria dos questionados confirmam a importância da oferta de empregos originados pela movimentação turística.

Embora a pesquisa confirme a existência de empregos, o comércio local enfrenta dificuldades em encontrar profissionais para preencher essa demanda, o que pode ser confirmado conforme relato do participante número 6 ao dizer "*outro fator que afeta muito o desenvolvimento da cidade é a mão de obra qualificada. Além de escassa, ainda temos dificuldades quanto aos fins de semana, pois ninguém quer trabalhar nesse período*."

Em relação à infraestrutura básica de turismo, 50% dos entrevistados discordam totalmente da existência de uma infraestrutura adequada no setor na saúde que comporte a população local e ~~os~~ turistas, o que pode ser preocupante para o segmento turístico, considerando que a região recebe eventos de práticas esportivas arriscadas, como arborismo, tirolesa, rapel, trilhas e outras, em casos de emergências médicas.

Dos entrevistados, 45,8% também discordam da existência de segurança adequada para os moradores locais e turistas. A respeito disso, o respondente número 22 levanta a seguinte preocupação enquanto sugere melhorias na iluminação de praças e ruas: "*tem ruas que são um tremendo "breu" a escuridão e com isto facilita para assaltos e outros delitos."*. Ainda no tocante à segurança pública, é sugerido pelo participante número 1 *"implantação de guardas e/ou policiamentos turísticos"*. Entretanto, dentre os entrevistados, 45,8% alegam desconhecer incidências de vandalismo por parte dos visitantes aos artefatos e patrimônio histórico, o que garante a preservação deles.

Quando perguntados sobre a existência de atividades de lazer na cidade, 41,7% discordaram, declarando assim um desejo comum da população descrito pelo participante número 1: *"Incentivar pequenos eventos regionais aos finais de semana com apoio dos comerciantes."*. O respondente número 24 sugere *"adequar a cidade para tal, com melhorias das ruas e calçadas e trafegabilidade de veículos"*. Contudo, apesar de poucas atividades e eventos, 50% dos entrevistados concordam que a cidade comporta uma boa quantidade de turistas. Cabe destacar o Festival de Inverno de Chapada dos Guimarães, que ocorre todos os anos da cidade no mês de junho e que atrai inúmeros turistas, recebendo grandes nomes da música nacional, fomentando o turismo de forma geral.

Em relação ao funcionamento de estabelecimentos aos finais de semana e feriados, 62,5% da amostra concordou que são as épocas com mais visitantes. Em relação aos preços cobrados nos comércios, quando perguntado se consideram justos os valores, 41,7% discordaram. Isso também foi evidenciado no relato do respondente número 22, quando ele aponta que: *"Há exploração dos preços na época de eventos de uma proporção maior, os preços quase que aumentam mais de 50%"*. Quanto ao preço dos serviços turísticos, 20,8% registraram a insatisfação com os valores praticados na região. A exemplo disso, o participante número 7 sugere o seguinte: *"preços acessíveis para que os próprios moradores possam conhecer a cidade"*. Em relação à sazonalidade da demanda, 45,8% concordam que a economia da cidade é afetada diretamente. Como solução, é sugerido pelo participante número 6: *"atrativos na baixa temporada para movimentar o comércio nesse período."*.

Quando perguntados sobre a administração pública em Chapada dos Guimarães, foram questionados se o governo do município trabalha em prol do turismo, e 41,7% discordaram. De

acordo com os relatos levantados na pesquisa, pressupõem que a administração pública tem falhado em relação às demandas.

Visualiza-se por meio desse resultado que a maioria da amostra está descontente com os serviços prestados pela administração. O respondente número 19 sugere que *"poder público ter mais compromisso com o turismo que é nossa maior fonte de renda."*.

Finalmente, pode-se dar um destaque especial às mudanças ocorridas durante a pandemia do novo coronavírus do Covid-19. Diante desse cenário, foi possível observar algumas mudanças de realidades e, consequentemente, de comportamentos. Alguns comércios não conseguiram se manter abertos e foram obrigados a encerrar suas atividades[5]. Outros, se reinventaram e se adequaram às novas oportunidades.

Confirma-se essa informação com a fala da proprietária de uma loja de cosméticos na cidade "*A nossa loja era somente fixa. Com a chegada da pandemia primeira coisa que tivemos que mudar foi isso, incluímos o delivery*.". Ela conta também sobre o seu público principal e afirma que são os moradores de Chapada dos Guimarães.

Alguns pontos turísticos importantes foram fechados para diminuir a circulação de pessoas. As medidas de segurança para evitar aglomerações foram de extrema importância para a saúde da população, mas para a economia da cidade essa queda repentina de movimentação acarretou mudanças imprevistas. Portanto, profissionais que dependiam exclusivamente do turismo foram obrigados a procurar outra fonte de renda, e houve um aumento de pequenos negócios de produtos alimentícios.

Uma das moradoras de Chapada e consumidora de *delivery* afirma: "*A pandemia criou oportunidades para as pessoas criarem negócios de alimentos na própria casa por conta do delivery, então eu acho que ajudou muito quem estava com dificuldades e surgiram muitos comércios de alimento*". Uma outra comerciante, proprietária de uma loja de embalagens, relata que muitas famílias, que antes moravam em outras cidades, foram passar o isolamento em Chapada dos Guimarães, com isso o consumo do público local aumentou e houve uma valorização do comércio da região. Uma funcionária da empresa conta: "*Muitos cuiabanos vieram passar a pandemia aqui e acabaram se mudando pra cá, e muitos chapadenses começaram a comprar mais aqui por medo de ir em mercados grandes de Cuiabá.*"

Conforme dados levantados junto à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT), no que tange à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), 7.911.200 (Agências de Turismo), 5.510.801 (Hotéis e Pousadas) e 7.912.100 (Operadores Turísticos), que se referem diretamente a atividades de turismo, foram encontrados os seguintes resultados: 25 empresas foram abertas e 7 fechadas. Um segundo levantamento incluiu atividades ligadas a supermercados, mercados, minimercados e restaurantes. Destes, 105 foram abertos e 34 foram fechados (JUCEMAT, 2021).

De acordo com alguns relatos e observações dos pesquisadores, percebe-se que, no início da pandemia, houve muito medo e incertezas, o que determinou o rumo de muitas empresas. De maneira geral os empresários da cidade estão se mantendo firmes. Uma entrevistada relata: "*A gente sente que no momento agora estamos mais maduros pra enfrentar situações difíceis, mas nunca preparados*". Para a entrevistada, é possível sentir uma união na comunidade, um senso de responsabilidade um com o outro e um ciclo de consumo que anteriormente não existia de valorização do produto local.

4.3 Aspectos Ambientais

Nesse contexto, pesquisaram-se diretamente com os setores envolvidos com o turismo de Chapada dos Guimarães demandas, desafios e oportunidades relacionadas às questões ambientais que refletem diretamente na preservação e conservação dos recursos naturais. Foi destacada dificuldade de acesso aos pontos turísticos com 58,3% das respostas. Essa preocupação pode ser confirmada através do relato do participante número 1, quando ele diz no campo de sugestões: *"primeiramente melhorar os acessos às cachoeiras, mirante e parque nacional"*. Além dessa dificuldade, é relatada em diversos relatos a falta de um centro de apoio ao turista. Ainda de acordo com o participante número 1, seria válido *"ter um ponto de referência aos turistas na praça central, local onde se concentra maior número de turistas"*.

Em relação ao zelo e manutenção da cidade, principalmente quando se fala na praça *Dom Wunibaldo*, que fica na área central da cidade, 79,1% dos respondentes discordam que esse serviço público esteja sendo efetivo. O respondente número 19 sugere: *"reforma geral da praça central e seu entorno, espaço adequado para os artesãs e praça de alimentação padronizadas, seguindo as regras da vigilância sanitária"*.

Outra questão que envolve o consumo sustentável da água, 45,8% concordam que o abastecimento de água fica comprometido com a presença de turistas, ou seja, são necessárias melhorias na infraestrutura de distribuição. Na questão aberta, o respondente número 22 informa que mora em uma região central e relata que "*o abastecimento de água continua precário*". Quando questionados sobre a quantidade de resíduos sólidos gerados pela atividade turística, obteve-se que é muito elevado e não tem a destinação correta.

Quanto à necessidade de manter a cidade mais limpa, destaca-se a fala destes entrevistados: "*a cidade precisar ser mais limpa*", e "*manter a cidade mais limpa*". Desta forma, quando questionados sobre a forma correta de descarte dos resíduos sólidos, a grande maioria discorda das práticas de reciclagem utilizadas no município.

Embora exista um programa de coleta seletiva no município, como destacado pela maioria dos entrevistados, demonstra-se não estar sendo efetivo na sua prática. Questionados sobre a existência de áreas preservadas (APPs), recuperadas ou em processo de recuperação, 66,7% das pessoas disseram que elas devem ser mais bem preservadas, como o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG), que possui inúmeras cachoeiras, mirantes, atrativos turísticos voltados ao ecoturismo particulares e outras.

As questões ambientais se mostram de grande valor à população local. Assim como sugestões do participante número 4: "*fomentação do turismo local, projetos educacionais e culturais, conscientização ambiental, valorização dos guias loca*is". Outra questão foi a poluição sonora, 41,7% concordam que se deve à grande movimentação turística, o que pode influenciar na qualidade de vida da população e dos turistas.

5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Após análise demográfica, destacou-se a percepção dos atores sociais que trabalham diretamente com o turismo de Chapada dos Guimarães em relação aos aspectos socioeconômicos e ambientais. No que tange ao item socioeconômico, destacou-se que a maioria dos entrevistados são do sexo feminino, com idades entre 31 e 40 anos, demonstrando que as mulheres estão à frente das atividades de turismo. A maioria são solteiras, com renda mensal entre 2 e 3 salários-mínimos, ensino médio completo, e dependem do turismo de forma direta. Ressalta-se que a maioria dos entrevistados residem em Chapada dos Guimarães por mais de 20 anos e dependem do turismo como fonte de renda.

Para os atores entrevistados, o turismo de forma geral melhora a economia do município e com isso gera mais emprego e renda, fortalecendo a permanência da comunidade na região e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável. Nesta análise remete-se a Dallabrida (2011, p. 5), que assim define desenvolvimento local, regional ou territorial:

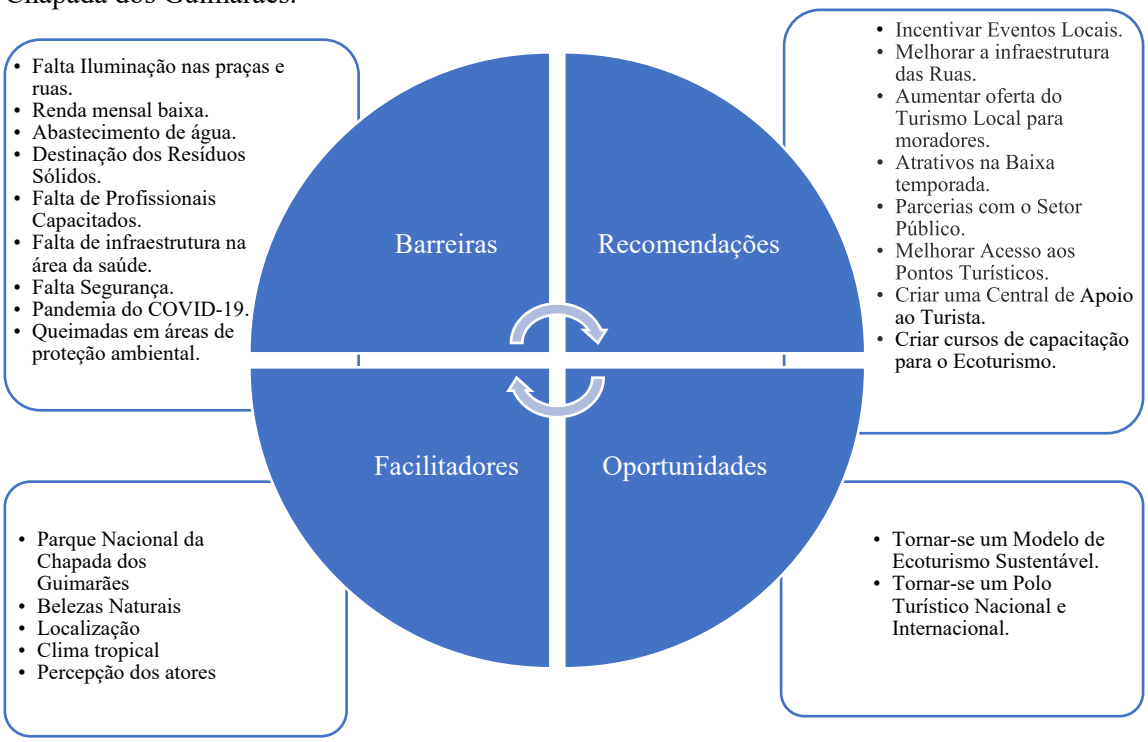
> Um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

Quanto às questões ambientais e sustentáveis, percebeu-se que tem muito a ser melhorado conforme relato na pesquisa. Tanto turistas como moradores devem ter mais consciência quanto à coleta seletiva e conservação dos locais públicos. Outro fator importante levantado na pesquisa foi em relação à atuação do poder público sobre o turismo. Foi perceptível que o governo municipal não dá a devida atenção ao turismo tanto na área urbana como nos parques, deixando a cargo de terceiros e empresas voltadas ao turismo.

Finalmente, fez-se uma análise geral sobre a percepção em relação ao ecoturismo na região. Desta forma, analisou-se o turismo de Chapada dos Guimarães (Figura 4) nas categorias:

barreiras, facilitadores, oportunidades e recomendações. Para isto, desenvolveu-se uma matriz com os pontos mais relevantes que se destacaram na pesquisa de campo.

Figura 4 – Matriz de facilitadores, barreiras, oportunidades e recomendações do Ecoturismo de Chapada dos Guimarães.



Fonte: Adaptada de Sarasvathy (2004) e Souza et al. (2016).

Nesta análise, percebeu-se que é necessário melhorar muitos aspectos relacionados à infraestrutura básica nas áreas de saúde, iluminação pública, abastecimento de água, destinação correta dos resíduos sólidos e urbanismo em geral. Diante do desafio da pandemia do novo coronavírus Covid-19 desde março de 2020, o turismo diminuiu consideravelmente. Apesar das barreiras identificadas, os moradores, comerciantes e até mesmo os turistas de Chapada dos Guimarães conseguiram sobrepor as dificuldades mediante estratégias de vendas por meio de plataformas digitais.

Além disso, identificou-se a necessidade de capacitação, como cursos nas áreas de atendimento, vendas, educação ambiental e outros. Ressalta-se que "o turismo pode representar uma via privilegiada e lúdica de aprendizagem, uma oportunidade para os encontros na diversidade e na natureza, na articulação entre o local e o global, em uma perspectiva de formação cidadã" (Irving; Coelho; Arruda, 2020, p. 94).

Destacou-se a possibilidade de Chapada dos Guimarães vir a se tornar um Polo de Ecoturismo nacional e internacional diante da grande diversidade de recursos naturais, como o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, cachoeiras, trilhas, cavernas, artesanato, gastronomia e outros. Diante disso, concluiu-se que o Ecoturismo tem grande potencial na Chapada dos Guimarães, apesar de ter muito que melhorar quanto à infraestrutura, ao engajamento do poder público e dos atores sociais para que se torne um modelo de cidade sustentável. Ou seja, é necessário potencializar, por meio de processos de governança e capital social, os recursos existentes na região para que o desenvolvimento territorial sustentável de fato ocorra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da proposta de pesquisa que teve o intuito de abordar fatores importantes para identificar o ecoturismo como potencial de desenvolvimento territorial sustentável no município de Chapada dos Guimarães, confirmou-se essa possibilidade diante da diversidade e possibilidades turísticas da região. Percebeu-se que o ecoturismo, por envolver princípios conservacionistas, preocupando-se com a sustentabilidade e, consequentemente, com os aspectos ambientais, sociais e econômicos, incluindo aspectos relacionados à educação, pode contribuir para a conservação e/ou preservação das áreas naturais e fomentar o turismo na região.

Neste sentido, pode gerar benefícios e perspectivas de oportunidades para os moradores e comércios da região, fomentando com isso as estratégias de desenvolvimento territorial, aumentando a geração de trabalho e renda e trazendo melhorias para o local. Diante da potencialidade do ecoturismo, é possível a contribuição para que a região tenha um crescimento socioeconômico e ambiental sustentável. Além disso, um turismo consciente e sustentável pode contribuir para aumentar a qualidade de vida não só dos moradores, mas dos turistas que frequentam o local.

Em relação ao poder público, denota-se que este investe pouco na área do turismo de forma geral, como infraestrutura básica, divulgação das potencialidades locais, destino correto dos resíduos sólidos e segurança. Neste sentido, os entrevistados deram sugestões de melhoria para a cidade, como: manter a cidade mais limpa; implantar sinalização viária e turística; realizar melhorias na iluminação pública; manutenções nas áreas destinadas ao turismo; incentivos fiscais; divulgações e melhorias de acesso das áreas turísticas; ponto de informações para turistas na praça central; segurança pública; capacitação, credenciamento e uniformização de todos os guias turísticos locais; espaço adequado para os artesãos; praça de alimentação padronizada, seguindo as regras da vigilância sanitária; incentivos fiscais; e, finalmente, incentivo a eventos regionais com apoio dos comerciantes.

De outro lado, o atendimento a ODS 1 – erradicação da pobreza; ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico; e ODS 12 – consumo e produção responsáveis, podem ser um caminho rumo a um desenvolvimento territorial sustentável de Chapada dos Guimarães, em relação a sua realidade local. A ODS 1, criando oportunidades de trabalho, com maior distribuição de renda por meio do ecoturismo; a ODS 8, promovendo trabalho decente e inclusivo para todos e diminuindo a desigualdade social; e a ODS 12, promovendo a produção e consumo sustentáveis, incentivando consumidores no combate ao desperdício, na soberania e na segurança alimentar.

Embora a pandemia da Covid-19 tenha impactado o setor do turismo de Chapada dos Guimarães com a diminuição de turistas, percebe-se o esforço do município e dos atores sociais na busca pela ressignificação da atividade nos próximos anos, considerando sua complexidade, saindo da lógica produtivista de viés reducionista para uma visão mais ética e responsável; na proteção da natureza e cultura, e, finalmente, na manutenção do turismo para as futuras gerações, expressas na articulação com a Agenda 2030. Ações pontuais como shows virtuais[6], que buscam globalizar as belezas de Chapada dos Guimarães na expectativa de atrair novos investimentos que possam aumentar os índices de emprego e renda e outras de longo prazo, como investimentos em melhorias do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, na construção de uma estrutura segura e moderna para os visitantes (G1 MT, 2021), fomentam e potencializam o ecoturismo local rumo a um desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio ambiente*, Curitiba, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.

ARAÚJO, K. K. S.; BARROSO, C. M. R; SOUZA, E. J. C. Os paradigmas da sustentabilidade: Entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. *Revista contexto geográfico*, Maceió-AL, v. 2 p. 76-85, 2017.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005.

BRASIL. Decreto N.° 97.656, de 12 de abril de 1989. Cria, no Estado de Mato Grosso, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 abr. 1989. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/legislacao/decreto_PNCG.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Coord. de Sílvio Magalhães Barros e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. *Plano Nacional de Turismo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas.* Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 60 p.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:* material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, junho de 1998.

CABUGUEIRA, A. A importância económica do Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D*), Aveiro, Portugal, n. 4, p. 97-104, 2005.

CORIOLANO, L. N. *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.* João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3., 1989, Águas de São Pedro. *Anais*... São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v. 2, p. 69-79.

DALLABRIDA, V. R. *Governança territorial e desenvolvimento:* descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DIEGUES, A. C. S. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis:* da crítica dos modelos aos novos paradigmas. 2003. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>.

FARACO, L. F. D. *Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam.* 2012. 260p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FOUCAULT, M. A. *L'Ordre du discours.* Paris: Gallimard, 1971.

G1 MT. *Projeto prevê passarela de vidro no Portão do Inferno e elevador no Véu de Noiva em Chapada dos Guimarães (MT).* 11 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/08/11/projeto-preve-passarela-de-vidro-no-portao-do-inferno-e-elevador-no-veu-de-noiva-em-chapada-dos-guimaraes-mt.ghtml>.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, M. Pandemics, tourism, and global change: a rapid assessment of COVID-19**.** *Journal of Sustainable Tourism*, v. 1, n. 22, p. 1-20, 2020.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Crise ambiental, política climática e o turismo: algumas reflexões. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)*, n. 44, p. 95–112, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820170164>.

GRIMM, I. J., ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. *12, n.* 3, p. 01-22, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/RBTUR.V12I3.1354>.

GRIMM, I. J. Os impactos da pandemia no turismo, 2020. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/pesquisadores-da-ufpr-analisam-os-impactos-da-pandemia-no-turismo/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRFGIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades,* 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

IRVING, M. A; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2005.

IRVING, M. A.; COELHO**,** A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo***,** v. 16, Nº Especial, p. 73-105, dez. 2020. DOI: 10.17648/raoit.v14n4.6661.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (JUCEMAT). 2021. Disponível em: <http://www.jucemat.mt.gov.br/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. *Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijui, Ijuí, ano 12, n. 27, p. 66-94, jul./set. 2014.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, United States, v. 22, n. 140, p. 5-55, 1932.

LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo:* Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1999.

MATO GROSSO. Lei Ordinária Nº 701, de 15 dezembro 1953. Eleva à categoria de município da Chapada dos Guimarães, o atual distrito desse nome, nos termos da lei nº 219, de 11 de dezembro de 1948. Cuiabá: 1953.

MAX-NEEF, M. A. *Desenvolvimento à escala humana:* concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MITRAUD, S. (Org.). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:* ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MONTIBELLER FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável:* meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL (MTur). *Ecoturismo:* orientações básicas. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL (MTur). *Plano nacional de turismo – 2018-2022:* mais emprego e renda para o Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL (MTur). *Programa de Regionalização do Turismo.* 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Brasil. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT); PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUMA). *Declaração de Ecoturismo de Quebec.* Quebec, Canadá: OMT; PNUMA, 2002.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento:* crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. *Desenvolvimento:* includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, A. et al. Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Ecoturismo,* São Paulo, v. 4, n. 2, 2011.

SARASVATHY, S. D. The questions we ask and the questions we care about: reformulating some problems in entrepreneurship research. *Journal of Business Venturing*, Indiana, v. 19, n. 5, p. 707-717, 2004.

SCÓTOLO, D.; NETTO, A. P. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *CULTUR:* Revista cultura e Turismo**,** Ilhéus, ano 9, n. 1, fev. 2015.

SEPULVEDA S. *Desenvolvimento sustentável microrregional:* métodos para o planejamento local. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2005.

SOUZA, G. H. S.; COELHO, J. A. P. M.; ESTEVES, G. G. L.; LIMA, N. C.; SANTOS, P. C. F. Inventário de Barreiras e Facilitadores ao Empreendedorismo: Construção e Validação de um Instrumento. *REAd:* Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, Edição 85, v. 22, n. 3, p. 381-412, set./dez. 2016.

THE WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). *International tourism highlights*: 2019 Edition. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284421152>. Acesso em: 10 out. 2021.

THE WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). *World Tourism Barometer May 2020:* Special focus on the Impact of COVID-19. Madrid: UNWTO, 2020.

THE WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). *COVID-19 and tourism 2020*: a year in review. Madrid: UNWTO, jan. 2021. Disponível em: <https://www.unwto.org/covid-19-and-tourism-2020>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TRIPLINE. *Chapada dos Guimarães, Nobres e Pantanal de Poconé*. S.d. Disponível em: <https://www.tripline.net/trip/Chapada_dos_Guimar%C3%A3es,_Nobres_e_Pantanal_de_Pocon%C3%A9-3072323155111006A909FEE0E35F9A51>. Acesso em: 23 maio 2021.

VIEIRA JUNIOR, H. T.; MORAES, J. M.; PAULA, T. L. F. Geoparque Chapada dos Guimarães (MT) – proposta. In: *RIGeo: Repositório Institucional de Geociências,* CPRM, v. 1, 2012. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17167/1/guimaraes.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Políticas e sociedade*, Florianópolis, n. 14, 2009.

NOTAS EXPLICATIVAS

[1] ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico. ODS 12 – Consumo e produção responsáveis. Neste trabalho não se levou em conta a ODS 14 (vida na água) por não atender ao escopo da região pesquisada.

[2] O ano de 2015 encerrou o ciclo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigorou entre os anos de 2000 e 2015 apoiado em 8 objetivos Metas. O término desse ciclo marcou o início da mobilização pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

[3] O Desenvolvimento à Escala Humana (DEH) assume que o melhor processo de desenvolvimento é aquele que permite a elevação da qualidade de vida das pessoas, o equilíbrio dos sistemas naturais e a superação das desigualdades internas locais (Max-Neef, 2012).

[4] Disponível em: <https://www.chapadamt.com.br/a-historia-de-chapada/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

[5] Conforme dados Jucemat (2021). Disponível em: <http://www.jucemat.mt.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

[6] Ver <https://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/not%C3%ADcias-geral-secretaria-de-turismo>.

Recebido em fevereiro de 2022
Aceito em maio de 2023